



CADERNO DE QUESTÕES

GABARITO 1
MANHÃ

ANALISTA LEGISLATIVO
ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATENÇÃO

Sr. candidato,

Verifique se o tipo de gabarito constante em seu cartão-resposta corresponde ao da etiqueta colada na carteira e ao do caderno de questões recebido. Esses números deverão ser idênticos. Qualquer divergência informar, imediatamente, ao fiscal de sala e solicitar a devida correção.

1. A prova terá duração de 4 (quatro) horas, considerando, inclusive, a marcação do CARTÃO-RESPOSTA .
2. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém 70 (setenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D), distribuídas da seguinte forma:

CONTEÚDO	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 10
Raciocínio Lógico Quantitativo e Analítico	11 a 15
Noções de Informática	16 a 20
Ética do Servidor na Administração Pública	21 a 25
Processo e Poder Legislativo	26 a 30
Direito Constitucional	31 a 40
Direito Administrativo	41 a 50
Administração Financeira e Orçamentária	51 a 70

3. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no Cartão-Resposta, com caligrafia usual, utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta, para posterior exame grafológico:

“Nossos olhos também precisam de alimento”

O descumprimento dessa instrução implicará a anulação da prova e na eliminação do Concurso.

4. A prova deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material incolor e transparente, não sendo permitido o uso de lápis, lapiseira, marca texto, corretivo e/ou borracha.
5. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato.
6. O telefone celular deverá permanecer desligado e sem bateria, desde o momento da entrada até a retirada do candidato do local de realização das provas.
7. Durante a prova não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
8. Somente após decorrida **1 (uma) hora do início da prova**, o candidato, ainda que tenha desistido do Concurso, poderá entregar o CADERNO DE QUESTÕES E O CARTÃO-RESPOSTA **devidamente assinado e com a frase transcrita**, e retirar-se do recinto. No entanto, **APENAS** durante os 30 (trinta) minutos finais de prova será permitido copiar seus assinalamentos do CARTÃO-RESPOSTA, em formulário próprio, a ser distribuído pelo fiscal de sala.
9. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e assinaturas na ata de aplicação de prova.
10. Os relógios de pulso serão permitidos, desde que não sejam digitais e permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.
11. **O FISCAL DE SALA NÃO ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.**
12. Os gabaritos das provas serão publicados no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O Rio e no Diário Oficial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro - D.C.M., no segundo dia útil após a realização das provas, estando disponíveis também, no site <http://concursos.rio.rj.gov.br>.

LÍNGUA PORTUGUESA

Contemplando o rosto do outro

Está nas livrarias o álbum de fotos de Vivian Maier. [...] Paisagens urbanas, pessoas e costumes americanos, registrados entre as décadas de 1950 e 1990. Essas fotos foram descobertas pelo historiador John Maloof que, em 2007, arrematou em leilão a caixa que guardava os negativos (a fotógrafa perdera o direito de acesso à caixa, por não ter dinheiro para resgatá-la do guarda-volumes em que a mantivera).

Vivian Maier era governanta de família rica de Chicago que depois se transferiu para Nova York. Sozinha pelas ruas da cidade, fotografava, com sua Rolleiflex, o que a interessava e que nunca mostrou a ninguém. Ela montou assim um mapa antropológico da América do pós-guerra, um mundo de classe média afluente, de miseráveis nas esquinas, de crianças sujas e mulheres de casacos de pele, de pilhas de caixotes abandonados e estações de metrô cheias de gente. Inspirada, Vivian Maier fotografou-se a si mesma, usando vitrines e espelhos de lojas, bem como sua própria sombra na calçada.

Ignorante do resto do mundo, Vivian Maier [...] era apenas intuitiva e curiosa, procurava na rua o que não via na casa de família em que trabalhava. O que não conhecia.

Um fotógrafo culto como Sebastião Salgado apoia seu assunto (os deserdados) em composições de espaço e de coisas, nuvens, florestas, montanhas que são alvos simultâneos de sua obra. A superfície artística do objeto de seu foco. Franceses como Pierre Verger e Raymond Depardon, que se dedicaram a registrar a África e os africanos, o fizeram por amor ao que fotografavam, mais que por fidelidade ideológica ou dever de ofício.

[...] É assim que Vivian Maier procura oferecer a ela mesma (posto que não contava com espectadores) o entendimento do outro. [...] Quando a câmera fotográfica foi inventada, em 1839, seu objetivo era esse mesmo. Como estamos em meados do século 19, o rosto do outro preferencial era, em geral, o de um herói público, de uma estrela do teatro, de uma família nobre (Dom Pedro II, um entusiasta da novidade tecnológica, se deixou fotografar perplexo diante das Pirâmides do Egito, em sua viagem particular ao Oriente Médio).

A morte democratizou o rosto que a câmera devia procurar. O húngaro Robert Capa, cobrindo guerras na primeira metade do século 20, inaugurou esse viés com seu célebre registro do momento da morte de um anônimo republicano espanhol, atingido por bala franquista. Essa foto ilustrou reportagem da revista Life, no ano de 1937, excitando o mundo inteiro com o *glamour* da miséria humana. Capa e parceiros inauguravam um novo jeito de fotografar o homem e o mundo. Ou o

homem no mundo. Com dor.

Foi só por aí que a fotografia começou a ser reconhecida como arte, mesmo que saibamos do valor das fotos históricas anteriores a esse tempo, uma descoberta de nós mesmos no passado. Como nas de Marc Ferrez ou Augusto Malta, registros do Rio de Janeiro do final do século 19. Ou como na foto de Antonio Luiz Ferreira de missa no Campo de São Cristóvão, em 17 de maio de 1888, festa religiosa pela Abolição da Escravatura. Nessa última, pesquisadores do Portal Brasileira Fotográfica identificaram recentemente o rosto de Machado de Assis, no meio de uma multidão de 30 mil pessoas.

Em seu livro sobre fotografia, "Regarding the pain of others" (numa tradução livre, "Contemplando a dor de outros"), Susan Sontag escreve que "a fotografia é como uma citação, uma máxima, um provérbio", aludindo ao efeito de permanência das fotos, uma tradição nova da qual o homem não pode mais escapar. Nem tem razão para isso. [...]

Cacá Diegues, *O Globo*, 21/06/2015. 1º Caderno. Opinião. Excerto.

01. Segundo o texto, sobre profissional e objeto de foco fotográfico, é correto afirmar que:
 - (A) Vivian Maier deu preferência a interiores
 - (B) Sebastião Salgado prioriza seres desfavorecidos
 - (C) Marc Ferrez privilegia a família real
 - (D) Robert Capa celebrou a morte de um herói nobre
02. "aludindo ao efeito de permanência das fotos" (8º parágrafo). O gerúndio em destaque, nesse contexto, assume o seguinte significado:
 - (A) fazendo referência a algo sem mencioná-lo expressamente
 - (B) explicitando a definição de algo anteriormente mencionado
 - (C) exprimindo de modo claro aquilo a que está se referindo
 - (D) proferindo elogio a algo a ser mencionado a seguir
03. "Um fotógrafo culto como Sebastião Salgado apoia seu assunto" (4º parágrafo). Pela convenção ortográfica vigente, a palavra em destaque deixou de receber acento gráfico. Isso também aconteceu com os seguintes vocábulos:
 - (A) juizes, bachareis, convem
 - (B) viuvo, bonus, assembleia
 - (C) heroico, feiura, releem
 - (D) orfã, consul, constituinte

Considerar o seguinte fragmento, para responder às questões 04 e 05.

“a fotógrafa **perdera** o direito de acesso à caixa, por não ter dinheiro para resgatá-la do guarda-volumes em que a **mantivera**” (1º parágrafo)

04. Os verbos em destaque encontram-se no pretérito mais que perfeito do modo indicativo. A flexão nesse mesmo tempo se torna **obrigatória** para preencher corretamente a lacuna da frase com o verbo entre parênteses:

- (A) A criação da Kodak é considerada uma revolução na fotografia, já que ____ bastante o custo das câmeras, rolos de filme e revelação. (baratear)
- (B) Na Grécia antiga, já se ____ o fenômeno da produção de imagens pela passagem de luz através de um pequeno orifício. (conhecer)
- (C) É preciso reconhecer que não é raro fotógrafos amadores ____ imagens mais surpreendentes que os profissionais. (captar)
- (D) Quando o daguerreotipo, máquina fotográfica bem primitiva, surgiu em 1849, Niépce já ____, em 1826, a primeira fotografia de duração indefinida. (tirar)

05. Em “acesso à caixa”, usa-se o sinal grave indicativo de crase, o qual também deve ser empregado sobre o **a** em destaque na seguinte frase:

- (A) Uma simplificação dos processos, aliada a facilidades oferecidas pela informática, têm multiplicado imagens fotográficas no cotidiano.
- (B) Alguns fotógrafos destinam sua atenção, exclusivamente, a desigualdade existente nas sociedades modernas.
- (C) Tornando-se uma experiência cada vez mais pessoal, amplia-se a experiência de se conservar um momento em uma imagem.
- (D) Os avanços tecnológicos têm possibilitado a redução de custos, popularizando o uso da fotografia.

06. “**mesmo que** saibamos do valor das fotos históricas anteriores a esse tempo” (7º parágrafo). Altera-se a relação lógica estabelecida pelo conectivo em destaque, ao se reescrever esse fragmento da seguinte forma:

- (A) desde que saibamos do valor das fotos históricas anteriores a esse tempo
- (B) se bem que saibamos do valor das fotos históricas anteriores a esse tempo
- (C) por mais que saibamos do valor das fotos históricas anteriores a esse tempo
- (D) conquanto saibamos do valor das fotos históricas anteriores a esse tempo

07. O termo em destaque (*que*) não é pronome relativo, pois não se refere a termo antecedente, no seguinte fragmento do texto:

- (A) democratizou o rosto **que** a câmara devia procurar (6º parágrafo)
- (B) não via na casa de família em **que** trabalhava (3º parágrafo)
- (C) Susan Sontag escreve **que** “a fotografia é como uma citação” (8º parágrafo)
- (D) nuvens, florestas, montanhas **que** são alvos simultâneos de sua obra (4º parágrafo)

08. No tocante à concordância verbal, o uso da língua portuguesa está adequado à situação formal, respeitando as regras gramaticais estabelecidas para a norma escrita padrão na seguinte frase:

- (A) Cada uma das fotos, inclusive as mais banais, podem se transformar em arte por bons fotógrafos.
- (B) É clichê afirmar que, para muitos, mil palavras não vale uma imagem.
- (C) Na ausência, é comum que as fotografias da pessoa amada amenize a saudade.
- (D) Em 1975, criaram-se as primeiras câmeras digitais, com a vantagem de dispensar o uso de filme.

09. “**Nem** tem razão para isso” (8º parágrafo). Nesse contexto, a conjunção em destaque explicita a seguinte relação de sentido:

- (A) explicação
- (B) consequência
- (C) contraste
- (D) adição

10. O termo **recentemente** (7º parágrafo) é um advérbio empregado, com valor semântico equivalente ao do termo em destaque na seguinte frase:

- (A) Muitos são os apaixonados pela fotografia e, **eventualmente**, utilizam a câmara como uma extensão da sua memória.
- (B) **Ultimamente**, a prática de fazer *selfies* (autorretratos) ganhou imensa adesão mundial.
- (C) **Indubitavelmente**, na fotografia em preto e branco, sobressaía o contraste dos tons de cinza dos elementos.
- (D) É moda ter várias tatuagens pelo corpo e, destas, **constantemente** postar fotos nas redes sociais.

RACIOCÍNIO LÓGICO QUANTITATIVO E ANALÍTICO

11. Considere-se um grupo formado por 8 pessoas, cada uma com uma carteira contendo dinheiro. É verdade que:

- todas possuem na carteira, no mínimo, R\$ 24,00;
- a pessoa que possui mais dinheiro na carteira, possui R\$ 75,00;
- a média das quantias existentes nas oito carteiras é igual a R\$ 32,00.

A segunda maior quantia que uma dessas pessoas pode possuir corresponde a:

- (A) R\$ 44,00
- (B) R\$ 41,00
- (C) R\$ 34,00
- (D) R\$ 37,00

12. Uma pesquisa realizada com um grupo de brasileiros constatou que:

- 63 dessas pessoas já tinham viajado para a Europa;
- 36 já tinham viajado para a Ásia;
- 40 já tinham viajado para a África;
- 8 já tinham viajado para esses três continentes;
- 20 viajaram apenas para a África;
- o número de pessoas que viajaram para a Ásia e para a África e não viajaram para a Europa é igual ao número de pessoas que viajaram para a África e para a Europa e não viajaram para a Ásia;
- o número de pessoas que viajaram para a Ásia e para a Europa e não viajaram para a África é igual ao dobro do número de pessoas que viajaram para a África e para a Europa e não viajaram para a Ásia;
- 17 pessoas nunca tinham viajado para fora do Brasil.

A partir dessas informações, é possível concluir corretamente que a quantidade de pessoas pesquisadas que nunca viajaram para a Europa é igual a:

- (A) 43
- (B) 47
- (C) 53
- (D) 57

13. Carlos irá estudar para um concurso público durante 12 dias. Para isso, de uma lista contendo n temas, ele irá escolher dois por dia. Sabe-se que nunca os mesmos dois temas serão escolhidos em um determinado dia. O menor valor possível para o número n é:

- (A) 5
- (B) 6
- (C) 7
- (D) 8

14. Sobre um pequeno grupo de pessoas, é sempre verdade que:

- Se João toca guitarra, então Maria vai ao *shopping*.
- Se Pedro não ficou feliz, então Maria não foi ao *shopping*.

Assim, se João toca guitarra, é necessariamente verdadeiro que:

- (A) Maria não vai ao *shopping*
- (B) Pedro fica feliz
- (C) Pedro não fica feliz
- (D) Pedro não fica feliz e Maria vai ao *shopping*

15. Considerem-se as proposições P, Q e R e a seguinte linha de uma tabela-verdade, em que V representa o valor lógico verdadeiro, F, o falso.

P	Q	R	$P \rightarrow \neg Q$	$R \vee (P \rightarrow \neg Q)$
V	V	F	X	Y

Os valores lógicos que substituem corretamente as letras X e Y, respectivamente, são:

- (A) V e F
- (B) V e V
- (C) F e V
- (D) F e F

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

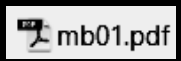
16. Atualmente os *pendrives* constituem um dos dispositivos mais utilizados no ambiente de informática, tendo em vista a capacidade de armazenamento e a facilidade de uso, tanto na entrada como na saída dos dados. Nesse contexto, dois valores bastante comuns para a capacidade máxima de armazenamento desses dispositivos são:

- (A) 16 e 32 GBytes
- (B) 2 e 4 TBytes
- (C) 1 e 512 MBytes
- (D) 480 e 5000 Bytes

17. No gerenciador de arquivos do Windows 8 BR, um funcionário de nível superior da Câmara Municipal do Rio de Janeiro acessou a pasta

↑ | Meu computador | DATA (D:) | CMRJ

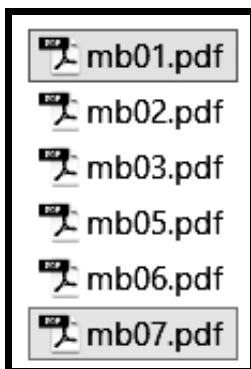
Para selecionar todos os arquivos armazenados

nesta pasta, ele selecionou  e





mantendo-a selecionada, levou o cursor do mouse sobre o nome do último arquivo

 e pressionou simultaneamente

uma tecla de controle. A figura abaixo ilustra o resultado do procedimento feito, mostrando a seleção exclusiva desses dois arquivos.



A tecla de controle pressionada foi:

- (A) 
- (B) 
- (C) 
- (D) 

18. Durante a digitação de um texto no Word 2013 BR, um funcionário da CMRJ selecionou o título “**câmara municipal do rio de janeiro - 2015**” de um documento e pressionou, por duas vezes seguidas, um atalho de teclado, que mostrou a citação com todas as letras em maiúsculas, conforme indicado abaixo.

“**CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - 2015**”

Nesse contexto, o atalho de teclado foi:

- (A) Shift + F5
(B) Shift + F4
(C) Shift + F3
(D) Shift + F6

19. A planilha abaixo foi criada no Calc do pacote LibreOffice v4.3.5.2

	A	B	C	D
1	CMRJ - 2015			
2				
3	19			
4	25		Soma =	41
5	17			
6	16		MENOR =	16
7	22			

- Em D4 foi inserida uma expressão que determina a soma dos números contidos nas células A3 e A7.
- Em D6 foi inserida uma expressão que determina o menor número entre todos no intervalo de A3 até A7, o que pode ser feito por meio de uma das funções MENOR ou MÍNIMO.

As expressões inseridas em D4 e em D6 foram, respectivamente:

- (A) =SOMA(A3:A7) e =MENOR(A3:A7)
(B) =SOMA(A3;A7) e =MENOR(A3:A7:1)
(C) =SOMA(A3:A7) e =MÍNIMO(A3:A7)
(D) =SOMA(A3;A7) e =MÍNIMO(A3:A7;1)

20. No browser Google Chrome, um recurso é utilizado para visualizar o conteúdo de páginas de um site na modalidade tela inteira ou tela cheia. Essa modalidade é acionada por meio de um atalho de teclado que corresponde a pressionar a seguinte tecla de função:

- (A) F10
(B) F11
(C) F7
(D) F2

ÉTICA DO SERVIDOR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

21. O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Municipal do Rio de Janeiro prevê expressamente como dever do servidor público:
- (A) exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de causar dano moral a usuário
 - (B) corrigir o teor de documentos, que deve encaminhar para providências
 - (C) pleitear qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie para resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral a usuário
 - (D) exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral a usuário
22. Segundo o Código Penal Brasileiro, a conduta de atribuir-se ou atribuir a terceiro falsa identidade para obter vantagem, em proveito próprio ou alheio, ou para causar dano a outrem caracteriza crime de:
- (A) falsa identidade
 - (B) uso de documento falso
 - (C) falsidade ideológica
 - (D) falsificação de documento particular
23. De acordo com o expressamente disposto no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Municipal do Rio de Janeiro, é vedado ao servidor público:
- (A) utilizar materiais e equipamentos da repartição pública para fins particulares
 - (B) fomentar a discórdia, a intolerância e a segregação no ambiente de trabalho
 - (C) alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências
 - (D) utilizar, durante o expediente, aparelhos sonoros ou telemáticos no ambiente de trabalho

24. De acordo com o expressamente disposto no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Municipal do Rio de Janeiro, é dever do servidor público:
- (A) descontraír os colegas de trabalho, aperfeiçoando o relacionamento profissional
 - (B) tratar cuidadosamente os usuários dos serviços, aperfeiçoando o processo de comunicação
 - (C) utilizar vestimentas novas, discretas e compatíveis com sua função
 - (D) usufruir dos intervalos para descanso e alimentação, se possível, no ambiente de trabalho
25. A Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92) prevê expressamente que constitui ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário:
- (A) receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado
 - (B) celebrar contrato de rateio de consórcio público sem suficiente e prévia dotação orçamentária, ou sem observar as formalidades previstas na lei
 - (C) usar, em proveito próprio, bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial indisponível das entidades públicas
 - (D) incorporar, por qualquer forma, ao seu patrimônio bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades públicas

PROCESSO E PODER LEGISLATIVO

26. De acordo com o expressamente disposto na Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, é possível afirmar que o Município divulgará o montante de cada um dos tributos arrecadados e a arrecadar, os recursos recebidos e a receber e a evolução da remuneração real dos servidores, no seguinte prazo:
- (A) até 90 (noventa) dias da arrecadação
 - (B) até 60 (sessenta) dias da arrecadação
 - (C) até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação
 - (D) até o último dia do ano da arrecadação

27. De acordo com o expressamente disposto na Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, é possível afirmar que, imediatamente após a posse:

- (A) presente a maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, os Vereadores elegerão os membros da Mesa Diretora, que ficarão automaticamente empossados
- (B) presente a maioria simples dos membros da Câmara Municipal, os Vereadores elegerão os membros da Mesa Diretora, que serão empossados na sessão ordinária seguinte
- (C) presente a maioria simples dos membros da Câmara Municipal, os Vereadores elegerão os membros da Mesa Diretora, que serão empossados em solenidade especial
- (D) presente a maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, os Vereadores elegerão os membros da Mesa Diretora, que serão empossados no dia subsequente

28. De acordo com o expressamente disposto na Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, a convocação extraordinária da Câmara Municipal dar-se-á:

- (A) a requerimento da maioria simples dos Vereadores, em caso de urgência ou interesse público relevante ao bem estar social
- (B) pelo Presidente da Câmara Municipal, para dar posse ao Prefeito e ao Vice-Prefeito e receber seu compromisso, bem como em caso de intervenção estadual
- (C) a requerimento do Presidente da Câmara Municipal, em caso de urgência ou interesse público relevante, bem como em caso de intervenção estadual
- (D) pelo Prefeito, para dar posse ao Vice-Prefeito e receber seu compromisso, bem como em caso de intervenção municipal

29. No que diz respeito ao processo legislativo municipal e de acordo com o disposto expressamente na Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, é possível afirmar que:

- (A) compete à Mesa Diretora da Câmara Municipal responder aos requerimentos enviados pelo Presidente da Câmara Municipal e pelo Prefeito, no prazo máximo de quinze dias, improrrogáveis
- (B) compete à Mesa Diretora da Câmara Municipal responder aos requerimentos enviados pelo Presidente da Câmara Municipal, no prazo máximo de dez dias, prorrogável duas vezes pelo mesmo período
- (C) compete à Mesa Diretora da Câmara Municipal responder aos requerimentos enviados pelo Presidente da Câmara Municipal, no prazo máximo de quinze dias, prorrogável somente uma vez pelo mesmo período
- (D) compete ao Presidente da Câmara Municipal responder aos requerimentos enviados à Mesa Diretora pelos Vereadores, no prazo máximo de dez dias, prorrogável somente uma vez pelo mesmo período

30. De acordo com o disposto expressamente no Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro, dependerá de inspeção realizada por junta médica:

- (A) a licença superior a 60 (sessenta) dias
- (B) a licença superior a 30 (trinta) dias
- (C) a licença superior a 15 (quinze) dias
- (D) a licença superior a 90 (noventa) dias

DIREITO CONSTITUCIONAL

31. De acordo com o entendimento doutrinário, as constituições nominais são:

- (A) formalmente válidas, mas ainda não tiveram alguns dos seus preceitos ativados na prática
- (B) formalmente inválidas, mas seus preceitos genéricos são materialmente válidos
- (C) lealmente cumpridas, mas nem sempre observadas pelas altas elites políticas
- (D) integralmente cumpridas, mas com limitação expressa das cláusulas abertas

32. De acordo com o entendimento doutrinário, o método de interpretação da Constituição que preconiza que a Constituição deve ser interpretada com os mesmos recursos interpretativos das demais leis, denomina-se:

- (A) método da tópica
- (B) método histórico
- (C) método clássico
- (D) método hermenêutico

33. De acordo com o entendimento doutrinário acerca das concepções filosóficas justificadoras dos direitos fundamentais, os direitos do homem, para os realistas, são:
- (A) imperativos do direito natural, anteriores à vontade Estatal
 - (B) princípios abstratos que a realidade acolhe ao longo do tempo
 - (C) faculdades outorgadas e reguladas pela Lei
 - (D) resultado direto de lutas sociais e políticas
34. De acordo com as normas previstas na Constituição Federal, sempre que a falta de norma regulamentadora tornar inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, caberá:
- (A) *habeas data*
 - (B) mandado de injunção
 - (C) mandado de segurança
 - (D) *habeas corpus*
35. De acordo com o entendimento doutrinário, os princípios que visam assegurar uma unidade de princípios organizativos tida como indispensável para a identidade jurídica da Federação denominam-se:
- (A) princípios constitucionais programáticos
 - (B) princípios constitucionais motores
 - (C) princípios constitucionais utilitários
 - (D) princípios constitucionais sensíveis
36. De acordo com o expressamente disposto na Constituição Federal, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
- (A) direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial, financeiro, previdenciário e do trabalho
 - (B) direito tributário, orçamentário, financeiro, penitenciário, processual, previdenciário, econômico, urbanístico e do consumidor
 - (C) responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico
 - (D) normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais
37. De acordo com o expressamente disposto na Constituição Federal, a Comissão Parlamentar de Inquérito tem por objeto:
- (A) fato indeterminado
 - (B) fato determinado
 - (C) crime político
 - (D) devassas generalizadas
38. De acordo com o expressamente disposto na Constituição Federal, o Conselho da República é órgão superior de consulta do Presidente da República, e dele participam:
- (A) seis cidadãos brasileiros natos, com mais de trinta e cinco anos de idade, sendo dois nomeados pelo Presidente da República, dois eleitos pelo Senado Federal e dois eleitos pela Câmara dos Deputados, todos com mandato de três anos, vedada a recondução
 - (B) seis cidadãos brasileiros, com mais de trinta e cinco anos de idade, sendo dois nomeados pelo Presidente da República, dois eleitos pelo Senado Federal e dois eleitos pela Câmara dos Deputados, todos com mandato de quatro anos, vedada a recondução
 - (C) oito cidadãos brasileiros natos, com mais de trinta anos de idade, sendo quatro nomeados pelo Presidente da República, dois eleitos pelo Senado Federal e dois eleitos pela Câmara dos Deputados, todos com mandato de três anos, sendo cabível uma recondução
 - (D) oito cidadãos brasileiros, com mais de trinta anos de idade, sendo três nomeados pelo Presidente da República, três eleitos pelo Senado Federal e dois eleitos pela Câmara dos Deputados, todos com mandato de quatro anos, sendo cabível uma recondução
39. De acordo com o expressamente disposto na Constituição Federal, compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social com base no seguinte objetivo, entre outros:
- (A) equidade na forma de participação no custeio
 - (B) equidade da base de financiamento
 - (C) irredutibilidade da base de financiamento
 - (D) irredutibilidade do fator previdenciário
40. De acordo com o expressamente disposto na Constituição Federal sobre a repartição das receitas tributárias, pertencem aos Municípios:
- (A) 25% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios e do imposto da União sobre a propriedade territorial rural
 - (B) 50% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação
 - (C) 25% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação
 - (D) 30% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios e do imposto da União sobre a propriedade territorial rural

DIREITO ADMINISTRATIVO

41. De acordo com o expressamente disposto na Constituição Federal, a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá ao princípio da legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e também, ao seguinte:
- (A) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis somente aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei
 - (B) a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo indeterminado para atender a necessidade permanente de excepcional interesse público
 - (C) os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo
 - (D) o prazo de validade do concurso público nos cargos do Poder Legislativo será de até quatro anos, prorrogável uma vez, por até dois anos
42. De acordo com o entendimento doutrinário, o ato administrativo simples é conceituado como:
- (A) ato que emana da vontade de um só órgão ou agente administrativo
 - (B) ato que altera uma relação jurídica, criando, modificando ou extinguindo direitos
 - (C) ato que apenas declara situação preexistente
 - (D) ato que apenas indica juízo de valor
43. Na aquisição de bens e serviços cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado, pode-se afirmar que:
- (A) deverá ser realizado o pregão por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, nos termos de regulamentação específica
 - (B) poderá ser realizado o pregão por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, nos termos de regulamentação específica
 - (C) será obrigatória a participação de bolsas de mercadorias no apoio técnico e operacional aos órgãos e entidades promotores do pregão
 - (D) poderá ser realizado o convite por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, nos termos de regulamentação específica
44. De acordo com o disposto na Lei 8.666/93, a alienação de bens da Administração Pública será precedida de avaliação e, quando se tratar de bens móveis, obedecerá à seguinte norma, entre outras:
- (A) dependerá de autorização legislativa e de licitação, sendo esta dispensada nos casos de doação em pagamento e venda a outro órgão da Administração Pública direta
 - (B) dependerá de avaliação prévia e de licitação, sendo esta dispensada no caso de venda de ferramentas para órgãos da Administração Pública e particulares em colaboração
 - (C) dependerá de autorização legislativa e de licitação, sendo esta dispensada no caso de doação para qualquer fim, após avaliação de sua conveniência e oportunidade
 - (D) dependerá de avaliação prévia e de licitação, sendo esta dispensada no caso de venda de ações, que poderão ser negociadas em bolsa, observada a legislação específica
45. De acordo com o entendimento doutrinário, são princípios que regem o serviço público, entre outros:
- (A) princípio da generalidade e princípio da modicidade
 - (B) princípio da continuidade e princípio da celeridade
 - (C) princípio da generalidade e princípio da execução direta
 - (D) princípio da eficiência e princípio da adequação
46. De acordo com o expressamente disposto na Lei 11.079/04 (Lei de parceria público-privada), na contratação de parceria público-privada serão observadas as seguintes diretrizes, entre outras:
- (A) delegabilidade das funções de regulação
 - (B) confidencialidade e sigilo dos procedimentos
 - (C) repartição subjetiva de riscos entre as partes
 - (D) responsabilidade fiscal na celebração e execução das parcerias
47. De acordo com o expressamente disposto na Lei 8.987/95 (Lei de concessão e permissão de serviços públicos), incumbe ao poder concedente:
- (A) prestar contas da gestão do serviço ao poder concedente e aos usuários, nos termos definidos no contrato
 - (B) estimular o aumento da qualidade, produtividade, preservação do meio ambiente e conservação
 - (C) promover as desapropriações e constituir servidões, conforme previsto no edital e no contrato administrativo
 - (D) captar, aplicar, administrar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação do serviço

48. De acordo com o entendimento doutrinário, os bens que visam à execução dos serviços administrativos e dos serviços públicos em geral, constituindo o aparelhamento material da Administração para atingir os seus fins, denominam-se:
- (A) bens dominicais
 - (B) bens de uso comum
 - (C) bens de uso especial
 - (D) bens desafetados
49. De acordo com o expressamente disposto na Lei 8.429/92 (Lei de improbidade administrativa), é possível afirmar que a aplicação das sanções:
- (A) depende da rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas.
 - (B) depende da efetiva ocorrência simultânea de dano grave e de difícil reparação ao patrimônio público
 - (C) independe da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público, salvo quanto à pena de ressarcimento
 - (D) independe da rejeição das contas pelo Tribunal de Contas da União, salvo quanto à pena de multa
50. De acordo com o entendimento doutrinário, o monopólio estatal tem natureza de:
- (A) atuação interventiva do Estado, direta ou indireta, de caráter exclusivo, em determinado setor da ordem econômica
 - (B) atuação interventiva do Estado, direta, de caráter exclusivo, em determinado setor da ordem econômica ou política
 - (C) delegação do direito de explorar a atividade econômica a outra pessoa em regime administrativo de privilégio
 - (D) delegação do direito de explorar a atividade econômica sem fins lucrativos a outra pessoa jurídica de direito público

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

51. De acordo com a legislação vigente, o Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro deverá enviar o projeto de lei de diretrizes orçamentárias à Câmara Municipal para análise até a seguinte data:
- (A) 31 de maio
 - (B) 15 de abril
 - (C) 17 de julho
 - (D) 31 de março

52. As emendas ao projeto de lei orçamentária anual e de créditos adicionais somente poderão ser aprovadas caso sejam compatíveis com o PPA e com a LOA e indiquem os recursos necessários. Entretanto, de acordo com dispositivo constitucional, só serão considerados recursos hábeis as anulações que incidem sobre a seguinte dotação, prevista inicialmente:
- (A) transferências constitucionais tributárias
 - (B) encargos da dívida
 - (C) pessoal ativo e inativo
 - (D) transferências voluntárias
53. Despesa pública é a aplicação de certa quantia em dinheiro, por parte da autoridade ou agente público competente, no âmbito de uma autorização legislativa, para a execução das ações governamentais. Com base nesse conceito basilar, é correto afirmar que:
- (A) é vedada a realização da despesa sem prévio empenho e, conseqüentemente, torna-se indispensável a emissão da respectiva nota de empenho
 - (B) é vedada a redistribuição de parcelas das dotações de pessoal de uma unidade orçamentária para outra
 - (C) a quitação das operações de crédito por antecipação de receita, efetuadas em razão de dificuldades momentâneas de caixa, é caracterizada como uma despesa extraorçamentária
 - (D) a função, o elemento e o subelemento de despesa são as subdivisões da classificação da despesa pública, segundo a sua natureza
54. A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece, como um dos requisitos essenciais para a responsabilidade na gestão fiscal, que o ente institua, preveja e arrecade, efetivamente, todos os tributos de sua competência. Caso o ente da Federação não cumpra esta regra, no que se refere aos tributos, ficará proibido de:
- (A) receber transferências voluntárias
 - (B) realizar operações de créditos por antecipação de receitas
 - (C) obter e conceder garantias e contragarantias a outro ente federado
 - (D) realizar despesas de capital, transferindo as dotações específicas para fazer face às despesas correntes

- 55.** O orçamento público surgiu para atuar como instrumento de controle das atividades financeiras do Estado. Entretanto, com vista à eficácia desse controle, foram estabelecidas determinadas regras ou princípios orçamentários para sua elaboração. No tocante ao conceito, objetivo e finalidade dos princípios orçamentários, é correto afirmar:
- (A) o princípio da universalidade determina que o refinanciamento da dívida pública municipal conste na LOA, pelo mesmo valor previsto, tanto na estimativa da arrecadação da receita como na fixação da despesa
 - (B) o princípio da unidade determina que o orçamento contenha todas as receitas e despesas do município, de qualquer natureza, procedência ou destino, inclusive a dos fundos, dos empréstimos e dos subsídios
 - (C) o princípio da anualidade veda o início de programas ou projetos que não foram incluídos na LOA e a proibição de investimentos cuja execução ultrapasse um exercício financeiro sem prévia inclusão no PPA
 - (D) o princípio do orçamento bruto determina que a Lei Orçamentária Anual dos municípios abranja todo o universo das receitas a serem arrecadadas, bem como todas as despesas orçamentárias a serem executadas no período
- 56.** Dentre as classificações das despesas fixadas e utilizadas na Lei Orçamentária Anual, podem ser mencionadas a classificação funcional e a programática. Com relação à utilização dessas classificações citadas, é correto afirmar que:
- (A) as funções são as ações desenvolvidas pela administração municipal, direta ou indiretamente, reunidas em seus grupos, para alcançar os seus objetivos, visando a agregar determinado subconjunto de despesas do setor público
 - (B) o sistema de classificação funcional permite que as funções e as subfunções sejam combinados entre si, flexibilizando a regra da tipicidade com o intuito de melhor expressar os objetivos das ações governamentais
 - (C) o projeto é um instrumento de organização da atuação governamental, o qual, com vista à solução de uma necessidade da sociedade, articula um conjunto de ações mensuradas por indicadores estabelecidos no PPA
 - (D) as despesas são especificadas por funções, programas, subprogramas, atividades ou projetos e subatividades ou subprojetos e, sendo de aplicação comum e obrigatória aos entes governamentais, permitem a consolidação nacional dos gastos do setor público
- 57.** Um determinado município, por ocasião da elaboração da sua lei orçamentária, previu como uma das possíveis fontes de arrecadação o imposto sobre serviços de qualquer natureza, identificado com a codificação 1113.05.01. Os dígitos numéricos 05, indicativos do quinto nível do desdobramento da classificação da receita, correspondem à:
- (A) origem
 - (B) espécie
 - (C) alínea
 - (D) rubrica
- 58.** Das possíveis fontes de recursos financeiros a serem arrecadadas por uma determinada prefeitura, durante o exercício financeiro, sem quaisquer reservas, condições ou correspondência no passivo para acorrer às despesas públicas, aquela que é classificada, quanto à repercussão patrimonial, como uma receita não efetiva é:
- (A) transferência intergovernamental
 - (B) dividendo de empresas públicas
 - (C) cota-parte do IPVA
 - (D) dívida ativa não tributária
- 59.** Em 10/4/04/2015, uma determinada prefeitura efetuou o pagamento de uma despesa que, de acordo com as normas vigentes, foi classificada com a seguinte codificação: 4.6.90.71. O dígito numérico identificador do grupo de natureza de despesa indica que o pagamento realizado foi referente ao seguinte gasto:
- (A) outras despesas correntes
 - (B) inversão financeira
 - (C) amortização da dívida
 - (D) investimento
- 60.** A Constituição Federal de 1988 instituiu novos procedimentos na sistemática de elaboração e de apreciação dos instrumentos do modelo orçamentário no Brasil. O principal arcabouço legal no processo de planejamento orçamentário está consubstanciado formalmente em três documentos interdependentes: PPA, LDO e LOA. No que se refere a suas finalidades, composição e estrutura, é correto afirmar:
- (A) a LOA disporá sobre o equilíbrio entre receitas e despesas, o contingencionamento orçamentário e a limitação de empenho, quando a receita arrecadada não alcançar a previsão estabelecida
 - (B) o PPA conterá as metas anuais, em valores correntes e constantes relativas às receitas e despesas e a avaliação do cumprimento de metas relativas ao ano anterior
 - (C) a LOA estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração municipal para as despesas de capital, destacando a origem e a aplicação de recursos obtidos com a alienação de ativos
 - (D) a LDO apresentará, em anexo, um demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado

61. Em cumprimento ao seu programa de trabalho no corrente exercício financeiro, a Secretaria de Educação transferiu uma parcela da sua dotação orçamentária, consignada na Lei Orçamentária do município, para a responsabilidade da Empresa Municipal de Obras Públicas, autarquia vinculada à Secretaria de Administração, com o propósito de construir dois grupos escolares para suprir a deficiência de vagas na sua rede municipal de educação. Essa transferência de crédito e recursos financeiros, com base na técnica orçamentária, foi efetuada por meio dos seguintes mecanismos de descentralização:

- (A) destaque e repasse
- (B) provisão e sub-repasse
- (C) cota e repasse
- (D) destaque e provisão

62. De acordo com a legislação em vigor, o projeto de lei orçamentária anual deverá conter a rubrica Reserva de Contingência, destinada ao atendimento de passivos contingenciais e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidas no seguinte documento:

- (A) Plano Plurianual
- (B) Lei de Diretrizes Orçamentárias
- (C) Lei de Responsabilidade Fiscal
- (D) Anexo de Metas Fiscais

63. Com base na legislação aplicada à Administração Financeira e Orçamentária, as operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, poderão ser autorizadas, desde que com finalidade precisa e aprovadas pelo Poder Legislativo do ente federativo, por maioria absoluta, mediante os seguintes tipos de créditos adicionais:

- (A) extraordinários e suplementares
- (B) suplementares e especiais
- (C) especiais e extraordinários
- (D) orçamentários e extraorçamentários

64. De acordo com a legislação vigente, o demonstrativo regionalizado do efeito sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira e tributária, deverá fazer parte do seguinte documento elaborado pelo Poder Executivo Municipal:

- (A) Plano Anual de Financiamento
- (B) Anexo de Metas Fiscais
- (C) Lei de Diretrizes Orçamentárias
- (D) Lei Orçamentária Anual

Com base nos dados abaixo, responda às questões de números 65 e 66.

Em 31/12/2014, um determinado município elaborou o seguinte demonstrativo, referente aos recursos financeiros arrecadados:

Receitas Arrecadadas	R\$
IPTU	20.000
Arrendamentos	2.000
ISS	6.000
Cota-Parte ITR	1.200
Dividendos de Empresas Públicas	2.400
Cota-Parte IPVA	4.000
Fundo de Participação dos Municípios	20.800
Cota-Parte ICMS	8.000
Alienação por Venda de Bens imóveis	14.000
Cota-Parte IPI Exportação	3.200
Operação de Crédito Interna	10.000
Dívida Ativa não Tributária	7.000
Juros de Aplicações Financeiras	1.600

65. No exercício, considerando apenas as receitas de transferências, o total arrecadado correspondeu ao seguinte montante;

- (A) R\$ 39.600,00
- (B) R\$ 24.000,00
- (C) R\$ 37.200,00
- (D) R\$ 49.600,00

66. No caso de a prefeitura **NÃO** arcar com qualquer despesa do ensino fundamental deve, mesmo assim, contribuir com uma parcela de suas receitas, conforme determina a legislação vigente. Nessa hipótese, a sua contribuição ao FUNDEB, no exercício, correspondeu ao seguinte montante:

- (A) R\$ 7.440,00
- (B) R\$ 12.800,00
- (C) R\$ 6.500,00
- (D) R\$ 7.800,00

67. Conforme preconizado pela legislação vigente aplicada à administração financeira e orçamentária, é considerada obrigatória e de caráter continuado, a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixe para o município obrigação legal cuja execução ultrapasse o seguinte período:

- (A) dois exercícios
- (B) três exercícios
- (C) quatro exercícios
- (D) cinco exercícios

68. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é o instrumento que a Constituição Federal de 1988 instituiu para fazer a transição entre o planejamento estratégico e as leis orçamentárias anuais. Conforme determinado na legislação acerca do processo de sua elaboração, composição e determinações, **EXCLUI-SE** a seguinte diretiva:
- (A) disporá acerca das normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do orçamento
 - (B) conterà as metas e as prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente
 - (C) estabelecerá os critérios e forma de limitação de empenhos e limites e condições para a expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado
 - (D) conterà as metas fiscais para o exercício a que se referir e para os dois seguintes, além de incluir, obrigatoriamente, avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior

Com base nos dados abaixo, responda às questões de números 69 e 70.

Para verificação dos diversos limites impostos pela legislação vigente, uma prefeitura, em 31/12/2014, apurou que o montante da sua receita corrente líquida no exercício correspondeu a R\$ 600.000,00.

69. No exercício findo, e com base na legislação, a dívida consolidada líquida do município estaria limitada ao seguinte montante:
- (A) R\$ 900.000,00
 - (B) R\$ 720.000,00
 - (C) R\$ 1.020.000,00
 - (D) R\$ 1.200.000,00
70. No exercício financeiro, com base nas normas vigentes, as contratações de operações de créditos estariam limitadas ao seguinte valor:
- (A) R\$ 192.000,00
 - (B) R\$ 42.000,00
 - (C) R\$ 69.000,00
 - (D) R\$ 96.000,00

